

REVISTAS

**Revista do
Ministério Público
n.º.153, 2018**

SUMÁRIO

ESTUDOS & REFLEXÕES

Para um Ministério Público como instituição
de garantia 9
Luigi Ferrajoli

Recusa de médico: comentário actualizado ao
artigo 284.º do Código Penal 29
Americo Taipa de Carvalho

A convivência familiar nos casos de regulação
e exercício das responsabilidades parentais à 61
luz da jurisprudência do Tribunal Europeu
dos Direitos Humanos
Ana Rita Gil

O Ministério Público na prevenção do
branqueamento e do financiamento do 93
terrorismo
Carlos Casimiro Nunes

O crime de dano relativo a programas ou
outros dados informáticos 141
Duarte Alberto Rodrigues Nunes

Apreensão de correio electrónico e registos de
comunicações de natureza semelhante – 167
artigo 17.º da Lei n.º 109/2009, de 15.IX
Rui Cardoso

Imputabilidade e “inimputabilidade”
jurídico-penal da pessoa colectiva 215
Ana Cláudia Salgueiro

PRÁTICA JUDICIÁRIA

Grafitos – natureza da infracção
(contraordenação/crime), face à Lei n.º 247
61/2013, de 23/8, e respectivo sancionamento.
Despacho de arquivamento (por
desnecessidade de aplicação de medida
tutelar) proferido em inquérito tutelar
educativo
Vitor Paiva

Motivação de recurso – isenção subjectiva dos

trabalhadores nos juízos de comércio (artigo 4.o, n.o 1, alínea h), do Regulamento das Custas Processuais, na redacção dada pela Lei n.o 7/2012, de 13.II) João Palma	257
--	-----

Resumos : Abstracts	274
---------------------	-----